

LEI n° 418/2007 de 18 de junho de 2007.

"DISPÕE SOBRE O PLANTÃO EVENTUAL E CRIA O PAGAMENTO POR PROCEDIMENTO PARA SERVIÇOS MÉDICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITAQUIRAÍ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ela sanciona a seguinte

L E I:

Art. 1º Fica instituído o Regime de Plantão Eventual para a categoria profissional de médicos, integrantes do Sistema Municipal de Saúde, em complemento a sua remuneração.

Art. 2º É vedado:

I - o plantão eventual em prejuízo do descanso semanal remunerado;

II - a escala de um mesmo profissional médico em mais de um plantão eventual por semana.

Art. 3º Fica instituída o pagamento de Produtividade através de Procedimentos para os profissionais ocupantes dos cargos de médico.

Art. 4º O pagamento de Produtividade, avaliado através de Procedimentos será pago pelos serviços realizados pelo profissional em complemento a sua remuneração.

Art. 5º Farão jus aos direitos mencionados nesta Lei, os profissionais médicos que exerçam suas atividades na Rede Municipal de Saúde (inclusive nos Programas de Saúde da Família PSF) que atendam integralmente as seguintes condições:

I - não tenha falta injustificada no mês de referência;

II - tenha cumprido integralmente a carga horária de trabalho no mês de referência;

III - não tenha sofrido qualquer penalidade disciplinar;

IV - não esteja em gozo de férias ou de licença de qualquer espécie;

V - cumpra as metas estabelecidas pela Gerência Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - Não serão devidos os direitos previstos, nos períodos de férias ou licenças de qualquer natureza e não integrará ou será incorporado ao vencimento para qualquer efeito, para pagamento do 13º salário e indenização.

Art. 6º Os direitos previstos nesta norma, serão regulamentados em conjunto e ou separadamente, através de Ato Administrativo do Poder Executivo Municipal, depois de sancionada a presente Lei.

Art. 7º As despesas para atendimento de que dispõe esta Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementado se necessitar.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2007, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaquiraí MS, 18 de junho de 2007.

SANDRA CARDOSO MARTINS CASSONE
PREFEITA MUNICIPAL